

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO ELETRÔNICO TC 12.967/14

ATOS DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL - PENSÃO -ATENDIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS APLICÁVEIS À ESPÉCIE - REGULARIDADE DOS CÁLCULOS DO BENEFÍCIO -LEGALIDADE DO ATO CONCESSIVO - CONCESSÃO DO REGISTRO.

ACÓRDÃO AC1 TC 907 / 2.016

- 1. DADOS SOBRE A PENSÃO:
 - 1.1. BENEFICIÁRIO E NATUREZA DO BENEFÍCIO:

Ī	LUZINETE SOARES DA SILVA SANTOS	VITALÍCIA

- 1.2. SERVIDOR(A) FALECIDO(A):
 - 1.2.1. Nome: MARCOS DOS SANTOS
 - 1.2.2. Matrícula: 171.863-1
 - 1.2.3. Cargo/Função: AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA
 - 1.2.4. Lotação: SECRETARIA ESTADUAL DEADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
- 1.3. ATO(S):
 - 1.3.1. Data: 01/08/2014
 - 1.3.2. Órgão e data de publicação: Diário Oficial do Estado, de 10/08/2014.
 - 1.3.3. Autoridade Emitente: ex-Presidente da PBPREV, Senhor HÉLIO CARNEIRO FERNANDES
- 2. CONCLUSÕES DA AUDITORIA: A DIAPG concluiu (fls. 25/27) pela legalidade da pensão, razão pela qual se sugere o registro do ato concessório, formalizado pela Portaria de fls. 10.
- 3. PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL: oral, na sessão, em harmonia com a Unidade Técnica de Instrução.
- 4. VOTO: considerando o relatório da Auditoria e análise dos autos, concluo que o processo está devidamente instruído, o(s) beneficiário(s) preencheram os requisitos legais à percepção da(s) pensão(ões), os atos foram expedidos por autoridade competente e os cálculos estão corretos, de modo que Voto pela legalidade dos atos e pela concessão do competente registro.

ACORDAM, à unanimidade, os integrantes da PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, na Sessão realizada nesta data, em reconhecer a legalidade do ato -- expedido por autoridade competente, em favor de beneficiário apto -- e do correspondente cálculo do benefício, elaborado pelo Órgão de Origem, concedendo-lhe o competente registro.

Publique-se, intime-se, registre-se e cumpra-se. Sala das Sessões da Primeira Câmara do TCE/PB Plenário Conselheiro Adailton Coêlho Costa **João Pessoa, 07 de abril de 2016.**

Em 7 de Abril de 2016



Cons. Fernando Rodrigues Catão PRESIDENTE EM EXERCÍCIO



Cons. Marcos Antonio da Costa RELATOR



Luciano Andrade Farias MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO